


A INFLUÊNCIA DA BNCC NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEU IMPACTO NO CURRÍCULO E NAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

THE INFLUENCE OF THE BNCC ON BRAZILIAN EDUCATION AND ITS IMPACT ON THE CURRICULUM AND EDUCATIONAL ASSESSMENTS: A CRITICAL ANALYSIS

LA INFLUENCIA DEL BNCC EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA Y SU IMPACTO EN EL CURRÍCULO Y LAS EVALUACIONES EDUCATIVAS: UN ANÁLISIS CRÍTICO

 <https://doi.org/10.56238/rcsv16n4-002>

Data de submissão: 20/03/2026

Data de aprovação: 20/04/2026

Giselle Perini Bicudo Sfalsin

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: gisellesfalsincoc@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9521456868047854>

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo de sua trajetória na Educação Básica de forma igualitária e com equidade, uma vez que o Brasil é um país continental e de grande diversidade. A BNCC serve como referência para a elaboração dos currículos das escolas, garantindo a equidade e a qualidade da educação em todo o país. A avaliação interna, por sua vez, deve sempre levar em consideração o contexto e as condições de aprendizagem dos alunos de forma contínua ao longo do ano escolar. Já a avaliação externa é uma ferramenta fundamental para verificar a eficácia do sistema educacional, porém é identificado pontos fortes e fragilidades, que induzem a necessidade de uma redefinição dos processos de regulação e avaliação à luz de Política de Estado com ampla participação entre os entes federados e suas autonomias. Dessa forma, o presente trabalho sinalizará algumas contradições sobre as avaliações, principalmente as externas, a fim de trazer pontos relevantes que precisam ser aperfeiçoados para que elas possam vir a contribuir de forma mais relevante para a transformação da educação, bem como, abordará as principais potencialidades e desafios que a BNCC traz para a aplicação prática do currículo por parte dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. BNCC. Currículo. Educação Básica. Avaliação. Educação.

ABSTRACT

The National Common Curricular Base (BNCC) is a guiding document that establishes the essential knowledge, competencies, and skills that all Brazilian students must develop throughout their journey in Basic Education in an equal and equitable manner, since Brazil is a continental country with great diversity. The BNCC serves as a reference for the development of school curricula, ensuring equity and quality of education throughout the country. Internal assessment, in turn, should always take into account the context and learning conditions of students continuously throughout the school year. On the other hand, external assessment is a fundamental tool for verify the effectiveness of the educational system, but it identifies strengths and weaknesses that necessitate a redefinition of regulatory and assessment processes in the light of a State Policy with broad participation among federated entities and their autonomies. In this way, this present work will highlight some contradictions about assessments, especially external ones, in order to bring up relevant points that need to be improved so that they can contribute more significantly to the transformation of education, it will also address the

main potential and challenges that the BNCC (National Common Core Curriculum) brings to the practical application of the curriculum by education professionals.

Keywords: National Common Curricular Base. BNCC. Curriculum. Basic Education. Assessment. Education.

RESUMEN

La Base Curricular Nacional Común (BCNC) de Brasil es un documento rector que establece los conocimientos, habilidades y destrezas esenciales que todos los estudiantes brasileños deben desarrollar a lo largo de su trayectoria en la Educación Básica, de manera igualitaria y equitativa, dado que Brasil es un país continental con gran diversidad. La BCNC sirve de referencia para el desarrollo de los currículos escolares, garantizando la equidad y la calidad de la educación en todo el país. La evaluación interna, a su vez, debe considerar siempre el contexto y las condiciones de aprendizaje de los estudiantes de forma continua a lo largo del año escolar. La evaluación externa es una herramienta fundamental para verificar la eficacia del sistema educativo; sin embargo, identifica fortalezas y debilidades, lo que conlleva la necesidad de redefinir los procesos de regulación y evaluación a la luz de la Política Estatal, con amplia participación de las entidades federadas y sus autonomías. Este documento destacará algunas contradicciones en relación con las evaluaciones, especialmente las externas, con el fin de plantear aspectos relevantes que requieren mejora para que puedan contribuir de manera más significativa a la transformación de la educación. También abordará el potencial y los desafíos principales que el BNCC (Currículo Básico Nacional Común) plantea para la aplicación práctica del currículo por parte de los profesionales de la educación.

Palabras clave: Currículo Básico Nacional Común. BNCC. Currículo. Educación Básica. Evaluación. Educación.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da sociedade moderna, a evolução e modernização das tecnologias e a vontade de modificar o ensino no Brasil, após muitos anos de longas discussões e debates foi criada a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que tem como objetivo principal nortear os currículos bem como as propostas pedagógicas dos sistemas de ensino desde a esfera federal até a esfera municipal, tanto de instituições públicas quanto de instituições privadas de todo o país, englobando a educação infantil, o ensino fundamental e também o ensino médio. (Souza, 2020). É um documento técnico que define as aprendizagens essenciais que todos os discentes devem desenvolver no decorrer dos seus estudos na Educação Básica.

É fato que a elaboração e a implementação desse documento norteador seria inevitável, pois a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 26 ressalta a necessidade ‘de que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser contemplada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, [...]’, conforme redação da Lei nº 12.796, de 2013, que altera a lei 9.394/96. O Plano Nacional de Educação (PNE), reiterou essa demanda por meio de metas e estratégias para serem alcançadas dentro do período de 2014-2024.

A metodologia utilizada para no desenvolvimento deste trabalho foi o método hipotético-dedutivo, uma vez que os conceitos acerca do tema já estão estabelecidos. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir do referencial teórico disponibilizado e selecionado de acordo com as discussões sobre o contexto, com uma abordagem qualitativa. Este trabalho tem como objetivo principal contextualizar as políticas educacionais que contribuíram para a elaboração da BNCC, também tem a intenção de conceituar a BNCC e a sua importância para a educação brasileira e relacioná-la aos currículos. E, por fim, buscará explorar a junção entre a base curricular e as práticas de avaliação, examinando como as diretrizes da BNCC influenciam as avaliações, e como estas, por sua vez, podem favorecer o alcance dos objetivos propostos pela Base Comum Curricular.

2 INFLUÊNCIAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO

Em diferentes momentos da história da educação no Brasil, é possível observar inúmeras iniciativas por parte dos órgãos gestores para a proposição de bases gerais curriculares para a educação.

Em 1949, houve a primeira iniciativa de estabelecer bases gerais para o ensino através do documento ‘Leitura e Linguagem do curso primário: sugestões para a organização e desenvolvimento de programas’ que tinha como objetivo “formar o cidadão para viver em ambiente democrático”. (Braga, 1949, como citado por Gontijo, 2015)

Já na década de 1972, com a aprovação da Lei nº 5.692/71 que fixou bases e diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, foi elaborado o documento intitulado ‘A escola de 1º grau e o currículo’ que visava a expansão do ensino primário para oito anos, garantindo a especificidade do ensino primário e ginásial e a continuidade entre essas etapas, estabelecendo conteúdos mínimos que deveriam ser trabalhados na escola voltados para a comunicação e expressão, tais como a comunicação em língua portuguesa, a educação artística, a educação física e a língua estrangeira. (Gontijo, 2015)

Gontijo (2015), reitera que a necessidade da criação de uma base comum estava muito bem instituída na Constituição Federal de 1988, que, por sua vez, já estabelecia conteúdos mínimos nacionais e conteúdos específicos tanto na esfera local quanto na regional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), também já determinava a necessidade de uma base comum equilibrada com conteúdos específicos mediante a diversidade étnica, geográfica e cultural do Brasil. E, o Plano Nacional de Educação (PNE) reiterou essa demanda por meio de metas e estratégias para serem alcançadas entre 2014 a 2024. (Gontijo, 2015)

Tempos depois, em 1997, foram definidos os ‘Parâmetros Curriculares Nacionais’, os PCN’s, - documento não obrigatório que traz referências para a elaboração dos currículos de todas as etapas da Educação Básica. O documento, segundo Paulo Renato Souza, na época Ministro da Educação, é referente às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental direcionado especificamente aos professores com o objetivo de auxiliá-los em suas práticas, apresentando metas de qualidade que resultariam na preparação de cidadãos plenamente conscientes de seu papel na sociedade. (Brasil, 1997, como citado por Gontijo, 2015)

Em 2013, foram aprovadas as novas ‘Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica’, as DCN’s – que são normas obrigatórias que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCN’s estabelecem a base curricular comum responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das recomendações pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. As novas DCN’s resultaram de mudanças, tais como a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos 4 anos aos 17 anos de idade. (Gontijo, 2015)

Em 2015, é publicada a primeira versão da BNCC. Um ano depois, é publicada a segunda versão. E a versão final, em 2017. Esse documento não revogou as atuais diretrizes mas definiu áreas de conhecimento como forma de organização do currículo, com o objetivo de definir o que todo estudante, em todo o território brasileiro, precisa aprender desde o início da educação infantil até o término do ensino médio. (Gontijo, 2015)

2.2 A BNCC E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo e técnico que define as aprendizagens essenciais que todos os discentes devem desenvolver no decurso da Educação Básica. (Brasil, 2017)

O documento foi elaborado com a intenção de diminuir as desigualdades de aprendizado pelo país. Ao definir competências, direitos e aprendizagens essenciais para todos os discentes em cada etapa da Educação Básica, a BNCC colabora para garantir direitos iguais de aprendizagem para todos os alunos do Brasil, independentemente de onde estudam ou onde moram.

As propostas do documento tem o potencial de impactar a qualidade do aprendizado, dando foco para o que é essencial e de direito para todos os estudantes do Brasil, a partir do momento que torna o ensino uma unidade, embora não padronizado, para a diversidade da educação do país sendo um documento referencial obrigatório para a criação dos currículos.

A Base Comum Curricular assegura aos discentes o desdobramento de dez competências gerais reconhecendo que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a modificação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e também voltada para a preservação da natureza”. (Brasil, 2017)

Figura 1 – Dimensões e desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC.



Fonte: Alonso (2020)

De acordo com o documento elaborado pelo Ministério da Educação (2017), a Base Comum Curricular é o elo que une e alinha todo o sistema educacional através da formação dos docentes, material didático, critérios para oferecer infraestrutura adequada ao desenvolvimento da educação e avaliações.

2.3 A BNCC E OS CURRÍCULOS

A BNCC não é currículo. Ela é um ponto de partida para a criação dos currículos, pois estabelece as aprendizagens essenciais que todos os discentes tem o direito de desenvolver ao percorrer o caminho da Educação Básica.

Tanto a BNCC quanto os currículos são documentos que reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. (Brasil, 2017)

Os currículos vão além e trazem proposições de como os alunos aprendem e, portanto, qual o papel do professor e quais as práticas pedagógicas mais adequadas para garantir os direitos de aprendizagem, de acordo com as realidades locais, levando em consideração a autonomia das redes de ensino e escolas, e ainda o contexto e as características dos estudantes. Esse processo também precisa envolver as famílias e a comunidade. (Buesa, 2022)

Sendo assim, entende-se que a BNCC é um referencial e estabelece um núcleo comum e obrigatório de aprendizagem a todos os estudantes. Já o currículo é o caminho escolhido para garantir as propostas da BNCC. O currículo também traz marcos conceituais e premissas para a organização do cotidiano e de práticas pedagógicas considerando especificidades locais.

De acordo com o Ministério da Educação, ambos documentos tem papéis complementares que asseguram as aprendizagens essenciais para cada etapa da Educação Básica que, por sua vez, só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação.

O currículo escolar atual exige diversas habilidades, tais como a desenvoltura para solucionar problemas, a comunicação, o pensamento crítico, a colaboração, a inovação e a inventividade. Com isso, especula-se que a escola forme cidadãos participativos, críticos, envolvidos com seu meio social e solidários. (Alonso, 2020)

Portanto, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas atuais e relevantes que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (Brasil, 2017)

2.4 A BNCC E AS AVALIAÇÕES

De fato, a BNCC veio para modificar o currículo de todos os discentes da educação básica e uma das mudanças mais latentes está relacionada ao protagonismo dos estudantes, que devem passar de estudantes passivos para sujeitos mais ativos em seu processo de ensino-aprendizagem.

E por esse motivo a BNCC também trouxe mudanças significativas em relação às avaliações. A avaliação escolar de acordo com a BNCC tem o objetivo de fazer uma análise global e integral do estudante. (Brasil, 2017)

As avaliações internas devem sempre levar em consideração o contexto e as condições de aprendizagem dos alunos, sendo assim, a avaliação formativa é recomendada, pois ocorre de forma contínua, ao longo do ano escolar, como aprendizagem diária. Vários são os métodos avaliativos que o documento propõe como:

Atividades on-line: a BNCC recomenda o manuseio crítico e o uso de aparato tecnológicos, sendo assim, pesquisas, redações feitas por meio de plataformas digitais, simulados virtuais, estão de acordo com a Base Comum Curricular e se mostram gradativamente mais produtivos para o desenvolvimento dos estudantes. Essa recomendação fica muito bem explícita no próprio documento publicado pelo Ministério da Educação que ressalta a necessidade de “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, reflexiva, significativa e ética nas diversas práticas sociais (inclusive nas escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva”.

Debates e Discussões de estudo: essa é uma forma de avaliação dinâmica, que pode ser realizada periodicamente, a fim de permitir que os professores consigam identificar se os alunos estão realmente aprendendo o conteúdo passado em sala de aula.

Acompanhamento periódico: a avaliação escolar tem uma grande relevância na educação dos alunos e não pode ser aplicada apenas ao término do ano letivo. Os professores, como boa prática, deverão realizar observações e registros durante todo o ano letivo para que sempre que necessário, possam replanejar as atividades, baseados em seus registros.

Observações em sala de aula: outra forma de avaliar os alunos é observa-los em sala de aula, identificando as dificuldades e as potencialidades de cada estudante, avaliando a organização do espaço e o fornecimento de materiais que possibilitem novas aprendizagens, intervindo, desta forma, de maneira significativa.

Já as avaliações externas são realizadas para aferir a qualidade da educação através de índices e, para tal, a BNCC estabelece padrões de aprendizagens essenciais a serem apreendidos por todos os

discentes que, por sua vez, desenvolverão novas habilidades, através de uma formação integral, multidimensional e flexível.

No entanto, ainda existem muita discussão sobre esse aspecto. Vários são os estudiosos da educação que acreditam que o foco no desdobramento das competências, oculta questões que incidem diretamente sobre a qualidade da educação, ignorando assim, a precariedade estrutural das escolas, os problemas sociais vivenciados pela grande maioria dos discentes e culpando os docentes quando os indicadores de qualidade não estão dentro das metas estipuladas. (Dourado e Siqueira, 2019, como citado em Militão, 2023)

Militão (2023) ressalta que a própria qualidade da educação, bem como as decisões curriculares, é idealizada por instituições que estão a serviço do capital, que defendem a realização de avaliações externas de forma periódica e os indicadores produzidos nessas avaliações passam a ser o único indicativo da qualidade da educação, pois os resultados das avaliações passam a nortear a vida escolar.

Dessa forma, a busca por resultados positivos e dentro das metas, passam a ser a razão de ser dos processos de ensino, fazendo com que os professores passem a ser meros treinadores e executores de prescrições.

2.5 BNCC E ATUAL CURRÍCULO BRASILEIRO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um marco estruturante do atual currículo brasileiro, ao estabelecer diretrizes que orientam as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica. Instituída pelo Ministério da Educação, a BNCC busca promover maior articulação entre as etapas e modalidades de ensino, tendo como foco a formação integral dos estudantes por meio do desenvolvimento de competências e habilidades. Essa perspectiva representa uma mudança significativa em relação aos modelos tradicionais de currículo, historicamente marcados pela fragmentação dos conteúdos e pela ênfase na transmissão de conhecimentos. Conforme destaca Saviani (2018), a BNCC surge em um contexto de reformas educacionais que procuram responder às demandas sociais contemporâneas, mas também refletem disputas políticas e conceituais acerca da função social da escola.

Entre as potencialidades da BNCC, destaca-se a busca pela equidade educacional, ao propor um conjunto comum de aprendizagens que deve ser garantido a todos os estudantes do país. Tal iniciativa contribui para a diminuição das desigualdades regionais e sociais no acesso ao conhecimento, promovendo maior coesão no sistema educacional brasileiro. Além disso, a ênfase no desenvolvimento de competências gerais, como pensamento crítico, comunicação e cultura digital, amplia a concepção de ensino para além da memorização de conteúdos, favorecendo uma formação mais ampla e

significativa. Nesse sentido, Libâneo (2012) ressalta que a organização curricular deve estar comprometida com a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir na realidade, o que se aproxima das intenções expressas na BNCC. Ademais, a valorização da interdisciplinaridade e da contextualização dos saberes contribui para práticas pedagógicas mais integradas e conectadas ao cotidiano dos estudantes, dialogando com a compreensão de currículo como construção cultural defendida por Moreira e Silva (2013).

Por outro lado, a implementação da BNCC apresenta desafios importantes que impactam diretamente sua efetividade. Um dos principais refere-se à formação de professores, uma vez que a abordagem por competências exige mudanças significativas nas práticas pedagógicas e nos processos de avaliação. Muitos docentes ainda enfrentam dificuldades para compreender e aplicar essa nova lógica curricular, o que evidencia a necessidade de políticas consistentes de formação inicial e continuada. Além disso, como aponta Apple (2006), o currículo não é neutro, sendo atravessado por relações de poder e interesses ideológicos, o que suscita questionamentos sobre as influências presentes na elaboração da BNCC, especialmente no que diz respeito à centralidade atribuída às competências e às demandas do mercado de trabalho.

Outro desafio relevante diz respeito à articulação entre a BNCC e os currículos locais. Embora o documento preveja a adaptação às especificidades regionais, há o risco de uma padronização excessiva que desconsidere as diversidades culturais e sociais do país. Saviani (2018) critica essa tensão ao destacar que a busca por uma base comum pode, em certos casos, comprometer a autonomia dos sistemas de ensino e a valorização das particularidades locais. Soma-se a isso as desigualdades estruturais entre as escolas brasileiras, que dificultam a implementação das propostas da BNCC, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade, onde faltam recursos materiais, tecnológicos e humanos.

Dessa forma, o atual currículo brasileiro, orientado pela BNCC, revela-se como um campo em constante construção, marcado por avanços e contradições. Se, por um lado, representa um esforço de organização e qualificação do ensino, por outro, evidencia desafios que exigem políticas públicas articuladas e o engajamento dos profissionais da educação. Como argumentam Moreira e Silva (2013), o currículo deve ser compreendido como um espaço de disputa e produção de significados, o que reforça a necessidade de uma implementação crítica e contextualizada da BNCC, capaz de promover uma educação democrática e socialmente referenciada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, é indiscutível a necessidade da elaboração e implementação de uma base comum curricular que ajude a diminuir as desigualdades de aprendizado pelo país, garantindo direitos iguais

de aprendizagem para todos os discentes do Brasil, independentemente de onde estudam ou moram. Observamos as diferenças entre a BNCC, – que é um documento referencial e que estabelece um núcleo comum e obrigatório de aprendizagens, e o currículo – que nada mais é que o caminho escolhido para garantir que as propostas da BNCC sejam cumpridas. É importante ressaltar que a relação entre BNCC e avaliação é essencial para garantir que os objetivos educacionais propostos sejam alcançados de maneira eficaz e equitativa. O alinhamento entre as práticas de avaliação e as diretrizes da BNCC é fundamental para garantir que a avaliação seja uma aliada no processo de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento pleno dos alunos e para a criação de uma educação de qualidade no Brasil. Entretanto, ainda existe muita discordância sobre a eficácia da avaliação externa, pois a função da escola se limita a trabalhar para alcançar índices e formar o mercado de trabalho, ganhando uma fisionomia empresarial e perdendo seu papel de oportunizadora de espaço de práticas pedagógicas coletivas e criativas, de descobertas, de exploração da curiosidade e de construção de novos conhecimentos que permitam, realmente, a alteração da realidade, o que acaba sendo uma contradição ao texto proposto pela BNCC.

Por outro lado, a valorização da interdisciplinaridade e da contextualização dos saberes contribui para práticas pedagógicas mais integradas e conectadas ao cotidiano dos estudantes como construção cultural. No entanto, essa prática apresenta desafios que impactam diretamente em sua efetividade, principalmente no que se refere à formação de professores, uma vez que a abordagem por competências exige mudanças significativas nas práticas pedagógicas e nos processos de avaliação e muitos profissionais ainda enfrentam dificuldades para compreender e aplicar essa nova lógica curricular uma vez que, o currículo não é neutro, e é atravessado por relações de poder e interesses ideológicos, o que evidencia e ressalta a necessidade de políticas consistentes de formação inicial e continuada

REFERÊNCIAS

- Alonso, C. S. (2020). O currículo escolar após a BNCC: um olhar sobre as perspectivas de uma construção significativa. Disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/o-curr%C3%ADculo-escolar-ap%C3%B3s-bncc-um-olhar-sobre-de-uma-sanchez-alonso> Acessado em 01 de dezembro de 2023
- Apple, Michael W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006
- Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017 <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acessado em 01 de dezembro de 2023.
- Brasil. Presidência da República. Lei 5.692, 11 agosto, 1971, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acessado em 01 de dezembro de 2023
- Brasil. Presidência da República. Lei 12.796, 4 abril, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acessado em 29 de novembro de 2023.
- Brasil. Presidência da República. Lei 9.394, 20 dezembro, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 01 de dezembro de 2023
- Buesa, N. Y. (2022). As práticas vigentes e as tendências atuais dos currículos. [e-book] Flórida: Must University.
- Gontijo, C. M. M. (2015). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos. Revista Brasileira de Alfabetização, 1(2), 174-190.
- Libâneo, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2012.
- Militão, S. C. N. (2023). A BNCC e as avaliações externas e em larga escala: velhas e novas interfaces em tempos de neoliberalismo extremado. Revista Olhar de Professor. 26(1), 1-27.
- Moreira, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2013.
- Saviani, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Campinas: Autores Associados, 2018.
- Souza, M. B. D. (2020). Contribuições da BNCC para a Educação Infantil: perspectivas de ensino-aprendizagem na pré-escola. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 10(6), 108-120.